



Assembleia Municipal

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 30 DE JANEIRO DE 2007

Acta n.º 13

Ao trigésimo dia do mês de Janeiro do ano de dois mil e sete, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:40 horas, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de vinte e quatro de Janeiro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da proposta do Plano de Pormenor da Praça dos Pescadores, nos termos do Art. 79º da D.L n.º380/99, de 22 de Setembro; -----

PONTO SEGUNDO: Apreciação e deliberação, da declaração de interesse público municipal de equipamento de apoio à 3ª Idade - Vale Rabelho (Guia), nos termos da alínea o) do n.º1 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PRESENCAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Euridice Eugénia Mendes Vieira, Francisco João Magalhães Calhau, Ana Luísa Sousa Simões, Fernando Vieira Vitória Cabrita, José Manuel Bota Sequeira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Fernando Cabrita Neves, Francisco José Pereira Oliveira, Vítor José Correia Maria Vieira, Cristiano José da Ponte Cabrita, Pedro Manuel Trovão Ferro, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaró, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira, Helder Manuel Rodrigues Sousa, de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório, da Guia, José Cabrita e de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. O Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, fez-se representar pelo Secretário da respectiva Junta de Freguesia, Joaquim Sampaio. -----
Registou-se ainda, a presença do Sr. Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Rolo, António Gonçalves, Marlene Pisco e Carlos Quintino.

FALTAS: Vítor José Cabrita Neto, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas e Miguel Alexandre Correia Mesquita. -----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, Vítor Neto, Paulo Freitas, Miguel Mesquita e Sílvia Rosa (membro suplente), foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, os membros, Euridice Eugénia Mendes Vieira, Ana Luísa Sousa

Simões e José Manuel Guerreiro Vila Nova. -----
 Havendo quórum (**vinte e seis presenças**), o Presidente da Assembleia inicia a sessão desejando a todos os presentes um bom ano de 2007 e passa a palavra ao público. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Não havendo intervenções por parte do público o Presidente da Assembleia passa a palavra ao Primeiro Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. -----

Feita a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia inicia o Período da Ordem da Dia. -----

PONTO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da proposta do Plano de Pormenor da Praça dos Pescadores, nos termos do Art. 79º do D.L n.º380/99, de 22 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Carlos Gabriel - Depois de analisarmos a proposta do Plano de Pormenor da Praça dos Pescadores, surge-nos apenas aqui uma situação que penso que é de ressaltar. Embora haja o parecer técnico da CCDR que considera que o rebaixamento da Praça não tem problema nenhum e que até vai facilitar o escoamento de águas em caso de cheia. No entanto, na base dos elementos todos que os técnicos que elaboraram essa carta, esse programam e este projecto, parece-nos um bocado contraproducente em relação àquilo que se passa no país inteiro. Ou seja, o nível do mar está a subir e nós estamos a rebaixar, embora em cerca de 50 cm, uma protecção do mar. Fora isso, o projecto é aquilo que tinha sido apresentado anteriormente, salvaguardado e, vou buscar o exemplo do que aconteceu noutras fases do Programa Polis em Albufeira e que aqui ainda não está referenciado, que o tipo de material que vão lá empregar que seja de melhor condições e mais adequado à zona do que aqueles que já foram aplicados noutras zonas da cidade. É o que me apraze dizer sobre o Plano da Praça dos Pescadores. -----

Pedro Ferro - Sr. Presidente Srs. Membros da Assembleia, o que nos cabe apreciar sobre este Plano da Praça dos Pescadores, em primeiro lugar, lembrar-vos que este Plano foi executado por deliberação desta Assembleia Municipal e não porque estaria nos planos normais do executivo e, depois de ter vindo aqui já em sessão de trabalho foi verificado que ele estava mal informado, tinha havido uma má comunicação para com a população. Entendemos que não se pode estar a planificar cidade contra os cidadãos, tem que se fazer com os cidadãos e com a adesão dos cidadãos. Por isso mesmo, aqui na sessão de trabalhos, uma das recomendações que foi feita, é que houvesse uma melhor exposição do que se pretendia, nomeadamente outros elementos gráficos mais claros, mais específicos, para o cidadão comum. Isso não foi feito. Não nos cabe saber porquê, tentamos saber porquê, não conseguimos. Aparece-nos aqui outra questão que é a o rebaixamento da plataforma para 4,50m. Pedimos em tempos a apresentação de um estudo sobre a avaliação deste rebaixamento face às marés vivas e à subida do nível das águas do mar, foi-nos remetido exclusivamente um parecer da

CCDR dizendo que essa cota estaria, de acordo com eles, adequada às marés vivas. Contudo, cabe informar esta Assembleia que a cota das marés vivas para o ano de 2007 e de acordo com a estatística do Instituto Hidrográfico da Marinha vai variar entre os 50/90 cm à cota proposta dos 4,50m, ou seja, vai andar entre os 3,50/3,60m e os 4m de altura, digamos que vamos ter 50cm de diferente entre o nível da água das marés vivas e a cota da plataforma. Se a isto acrescentarmos a ondulação verifica-se que vamos ter um varrimento da praça provocado pela ondulação do mar durante o período das marés vivas. Esta, chamada agitação marítima, penso que não foi analisada, até porque quem faz o estudo desta área é o Instituto Hidrográfico da Marinha e o Instituto consultado foi o Instituto da Água, portanto fica em causa se este factor não virá a causar problemas quer às pessoas que atravessam a praça, quer ao comércio que está adjacente à praça e está a uma cota mais baixa que os próprios 4m. Assim sendo, futuramente com a subida da água do mar, se estar a acentuar diversos factores, vamos ter um problema, que é toda a baixa de Albufeira poder ficar, dentro de umas décadas é certo, a uma cota inferior à cota do nível das águas do mar. Reparem nestes dois problemas, notamos ainda outro que foi, o equipamento destinado aos pescadores e à referência da memória do espaço de pesca, consideramos pouco representativo, um pavilhão com 15m² num pré-fabricado, não nos pareceu ser a melhor solução. Acho que se continua a dar pouca importância aos espaços sócio-cultural e ao passado histórico desta cidade. Ainda há a referir, no Cais Herculano, a ideia de retirar o muro de protecção do cais sobre a praia e substituí-lo por elementos de metal, não nos pareceu o mais adequado já que desaparece o espaço de estar e de convívio que ali existia. Estes são os aspectos que nos pareceram negativos e que nos levam a ponderar sobre a aprovação generalizada deste Plano. Pensamos que o assunto deveria ser revisto e, se alguns destes aspectos ficassem resolvidos, teríamos disponibilidade para viabilizar e aprovar este Plano. -----

Carlos Gabriel - Nós também verificamos a situação do Cais Herculano e o que se passa é o seguinte, existe lá uma protecção com cerca de 50cm de altura em pedra, que não está regulamentado. É necessário criar uma protecção de um 1,10m de altura, porque é uma zona pública, tem de ter essa protecção e naturalmente que não se vai aumentar a que lá está, logo parece adequado a criação da estrutura em elementos metálicos e transparentes para as esplanadas não perderem visibilidade. A situação do rebaixamento, também me deixa preocupado, embora haja a recarga do areal. Para mim não seria necessário fazer esse rebaixamento. O que é importante também salientar e que não vi aqui, embora tenha sido falado numa reunião, é a salvaguarda da rampa lá existente. Se a retirarem, que sejam aproveitadas as pedras, porque são muito melhores do que aquelas que foram já colocadas pela cidade, nomeadamente em frente ao "Sol e Mar". -----

Ana Simões - Sobre o rebaixamento da Praça e sobre as marés vivas, eu gostava de explicar uma coisa à Assembleia, muito grave. A coisa está para piorar e não é em décadas como o Engenheiro disse, está para breve, as coisas vão começar a funcionar muito mais depressa do que as pessoas estão à espera. Neste momento estão a pensar a longo prazo, em relação ao problema da subida das águas, mas é a médio prazo e

estar a rebaixar uma praia que cada vez está mais pequena, é uma coisa muito grave. Portanto, faço a ressalva do problema do rebaixamento, quanto muito subia, descer, acho muito, muito perigoso. -----

Presidente da Câmara - Boa noite, queria aqui fazer três ou quatro pontos de referência em relação a este Plano e a esta intervenção. Este processo, é um processo que foi e avançou por uma razão que todos devem ter em conta, que teve a ver com a dúvida e a demolição ou não do Edifício Albufeira. Este Plano de Pormenor avançou em função de uma situação que tinha a ver com as dúvidas inerentes aquilo que estava no Plano Estratégico que era a possível remodelação ou até demolição daquele edifício. Este Plano de Pormenor foi definido e foi minimizado em função de uma área que tinha uma intervenção objectiva e pontual nesta intervenção toda do Polis. É um processo que depois, dessa decisão da Assembleia Municipal quando aprovou o Plano da Frente Mar, ficou definido que se avançaria para um Plano de Pormenor da Praça dos Pescadores. Esse Plano de Pormenor foi começado a preparar, foi obviamente objecto de um estudo, foi apresentado numa sessão de trabalho na Assembleia Municipal já em fase de projecto que era compatível com o Plano de Pormenor para melhor esclarecimentos. Esse Plano seguiu os trâmites normais, esteve em discussão pública, houve uma série de questões que foram levantadas no âmbito da discussão pública, estão todas identificadas nesse dossier que têm aí convosco. Foi um processo evolutivo. E os pareceres que tem, é uma comissão técnica de acompanhamento das diversas áreas e tem a ver com aquilo que são as entidades necessárias para a avaliação e para dar parecer sobre a especificidade dessa intervenção. Esta questão dos 50cm, porque o que está aqui em causa são 50cm, está suportada no âmbito deste Plano com o parecer da CCDR que como sabem em termos daquilo que é, a representatividade que tem, e as respostas que tem de dar numa situação destas, tem a ver, porque ela é responsável pela Frente de Mar. A cota mais alta que lá temos é cerca de 5,25 e o que se pretende na cota são 4,80/4,85, portanto há uma diferença entre os 40/45cm. É mais ou menos isto que está em causa. A cota que está identificada, neste momento, na Av. da Liberdade é 4, e a cota mais alta que se pretende nesta intervenção é 4,80/4,85. Isto tem obviamente as informações que tiveram e compõem todo o documento foram para a Comissão Técnica de Acompanhamento que apanhou vários serviços inclusive este parecer da CCDR que o Arq. Ferro tem, que nós também temos e que faz parte do processo. A pouca exposição publica: este processo foi falado muitas vezes, apresentaram um abaixo-assinado ao qual houve resposta. Na série de intervenções das questões que foram colocadas houve resposta e muitas pessoas passaram pela Sociedade e pela Câmara no sentido de saberem mais pormenores ou aquelas que tinham mais interesse neste processo. Nesse processo foi explicado, dados cotas e indicações muito objectivas. Falou-se também deste espaço dos pescadores ser pouco representativo, obviamente que naquele espaço em frente à praia, não é propriamente um centro social dos pescadores, nem propriamente a sede de uma Associação de Pescadores, é um espaço para os pescadores. Mas obviamente que a Câmara Municipal tem que encontrar um local em termos daquilo que é equipamento social com dignidade e área suficiente, porque

naquele espaço obviamente que não é, foi o espaço que ficou contemplado em termos daquilo que foi um compromisso para que os pescadores tivessem ali um ponto de encontro. Se já havia dúvidas quanto à implantação daquele equipamento ali, quanto maior fosse o equipamento maior seria o espaço a ocupar em termos da frente mar, que tanto é contestado por algumas pessoas. No Cais Herculano, tecnicamente tudo foi avaliado, nas escadas que dão para a praia, há um paredão ali onde está a bica, todo aquele muro e o suporte ficam exactamente como está, o que é substituído por um gradeamento são zonas que estão identificadas por já terem sido feitas intervenções e estarem degradadas e que a argamassa utilizada acabou por queimar a pedra. Tecnicamente é a justificação dada em relação esse ponto. A recarga do areal, obviamente que é uma das exigências e está programada em termos de intervenção e a rampa existente e aquelas pedras estão definidas aqui no projecto de execução como sendo aproveitadas naquela zona de esplanada do apoio de praia, atrás do centro de primeiros socorros, porque também foi uma das exigências, o aproveitamento dessas lajes da rampa existente. São algumas informações que queria acrescentar em relação ao que aqui foi dito quer pelo Arq. Ferro, quer pelo Eng. Carlos Gabriel. -----

Pedro Ferro - No que diz respeito às cotas de altimétrica, aquilo que está no projecto é 4,50m e não 4,85m, Sr. Presidente. No que diz respeito à cota actualmente existente penso que é superior aos 5m, penso que vai aos 6m. No que diz respeito à questão dos pareceres da CCDR, nós sabemos que, de acordo com o que está na Lei foram recolhidos. Será que isso é suficiente? Será que não deveriam haver outras consultas mais elaboradas? O que ponho em causa é se a segurança das pessoas e bens, ali naquela zona, estão assegurados? Não me interessa o aspecto técnico, interessa-me a segurança da população. No referente à questão do espaço representativo da história da ocupação dos pescadores, também não se põem como obrigação que esse espaço fosse exactamente no conjunto do equipamento do apoio de praia, colocava-se como um espaço daquela zona onde de facto essa representatividade do espaço histórico que aquele local foi, tivesse uma certa dignidade, uma certa representação. - Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: onze (11) Fernando Neves, Euridice Vieira, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Francisco Guerreiro e Joaquim Sampaio -----

Votos a favor: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Ana Simões, José Sequeira, Carlos Gabriel, José Vila Nova, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa e José Cabrita. -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

Presidente da Assembleia - O que eu devo dizer em relação aquilo que ouvi, a questão que me parece assustar a oposição seria a questão das cotas. Espero bem e, confiando dos pareceres técnicos todos existentes, que isso esteja acautelado, não no prazo de

um ano ou dois, mas com alguma visão de futuro porque sabemos que o mar, de facto, está a subir. É a minha declaração de voto. -----

O Primeiro Secretário subscreve-a. -----

Francisco Oliveira - Apresenta declaração de voto do PS (doc.1). -----

Declaração de voto do Partido Socialista

Plano de Pormenor da Praça dos Pescadores

Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal de Albufeira,

1- A Bancada do Partido Socialista nesta Assembleia entende que a discussão pública não foi acompanhada com o devido esclarecimento da população, o que tem vindo a provocar inúmeras reclamações por parte dos munícipes. A documentação então apresentada foi insuficiente para um adequado esclarecimento do cidadão, conforme ficou patente na sessão de trabalho da Assembleia Municipal em 24.05.2006. A recomendação então feita nessa Assembleia, no sentido da rectificação do Plano e sua exposição à população acrescido de elementos mais esclarecedores, nomeadamente de maquetes tridimensionais, não foi contemplada.

Ora, é nosso entender, que não se faz cidade, não se planifica cidade, contra os cidadãos. A cidade não é só os edifícios e o betão, mas sim a interacção entre os edifícios, equipamentos, redes viárias e os cidadãos.

Nesse sentido apresentamos aqui algumas propostas que entendemos deverem ser consideradas.

2 - O rebaixamento da cota da plataforma da praça para 4,5m (NM), não foi suportado por nenhum estudo que tivesse em linha de conta o agravamento da subida do nível das águas do mar e da agitação marítima, nem foi feita nenhuma consulta ao Instituto Hidrográfico da Marinha, entidade que estuda os efeitos das marés e dos movimentos da costa. A cota proposta para a praça situa-se entre os 90 cm e os 50 cm acima do nível das águas da máxima preia-mar no período das marés vivas para este ano 2007, havendo assim lugar a que a ondulação venha a ultrapassar a altura da cota da praça. Podendo deste modo pôr em causa a segurança de pessoas e bens, nomeadamente do comércio situado em cota inferior.

Tenhamos em atenção as recentes alterações climáticas e o consequente aumento dos níveis das águas do mar.

3 - Por seu turno, os espaços de índole sócio-cultural e de referência histórica não têm a devida dignidade. Assim, o equipamento destinado a convívio e lazer dos pescadores e de memória com o passado histórico deste espaço e da cidade, ficou reduzido a um máximo de 15 m² de uma construção de carácter precário. Não houve a preocupação de encontrar uma forma mais adequada de perpetuar a memória dos homens da pesca e das suas artes, que neste espaço fizeram história durante séculos.

4 - Privilegiou-se mais a vertente estética, em detrimento da funcionalidade e do convívio entre a população. Trata-se de uma nova tendência de individualismo onde a imagem, mesmo que imaginária vale mais que as relações humanas. Que razões justificam a demolição do murete fronteiro à Praça Cais Herculano que facilitava a função de lazer? Como se quer que o cidadão se aproprie dos espaços, e sinta a cidade como sua, quando a função de utilização dos espaços pelos munícipes é relegada para segundo plano? Veja-se que a existência do murete sempre permitiu um convívio entre os albufeirenses.

5 - O edifício Albufeira, que outrora foi tão criticado pelo seu desenquadramento no espaço urbano, não mereceu agora nenhuma proposta de requalificação mais interventiva, ficando-se por algumas recomendações, devendo sem dúvida ter sido objecto de um enquadramento mais equilibrado.

Nestes termos, a Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Albufeira recomenda que sejam analisadas e integradas novas soluções para os pontos acima mencionados.

A serem revistas tais situações, a Bancada do Partido Socialista estará na disposição de aprovar o aludido Plano de Pormenor. Na eventualidade de se prosseguir com o projecto nos termos definidos só restará ao Partido Socialista abster-se desta votação, declarando, desde já, que não está, nem poderia estar contra a intervenção do Programa Polis, que foi uma bandeira do Partido Socialista, entendendo porém, que a solução encontrada poderia sem dúvida alguma ser melhorada, de forma a aproveitar em pleno esta oportunidade concedida pelo Polis e que não se repetirá nos anos mais próximos.

O Partido Socialista
30.01.2007



Handwritten signatures of the Socialist Party members, including names like Francisco Almeida, José Carlos, and others, in blue ink.

PONTO SEGUNDO

Apreciação e deliberação, da declaração de interesse público municipal de equipamento de apoio à 3ª Idade - Vale Rabelho (Guia), nos termos da alínea o) do n.º1 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Presidente da Câmara - Sobre este ponto quero dizer que tem a ver com um pedido de uma informação prévia que foi apresentada na Câmara Municipal, onde é solicitada informação face à possibilidade de um equipamento, nomeadamente um Lar, espaço de alojamento de pessoas idosas com dificuldade de mobilidade, e nesse contexto a possibilidade de cedência de uma parte do terreno para a construção de um equipamento público com uma função também social. A Câmara Municipal entendeu que seria interessante para a autarquia por duas razões: primeiro por ser equipamento social e segundo a cedência de terreno para outro equipamento naquele local. Só que, face aquilo que é o PDM actual está em zona agrícola e a Câmara Municipal deu obviamente a intenção de não o considerar viável, mas ao mesmo tempo considerou de utilidade para o concelho a construção desse equipamento tendo em conta as características, aquilo que é o objectivo. Face a isso, o proprietário pediu à Assembleia Municipal que se prenuncie, declarando que aquele equipamento tem interesse público para o concelho. -----

Presidente da Assembleia - Em termos de análise da situação, o que eu tenho a dizer é que, este tipo de declaração não é vinculativo. É uma deliberação que tem o poder que tem, é o poder que nós temos de nos pronunciarmos sobre assuntos que acharmos relevantes, mas não há aqui aprovação de nenhum projecto, isso são as entidades competentes a fazê-lo. -----

Francisco Oliveira - Quero reiterar aquilo que o Partido Socialista tem dito nas várias Assembleias que aparecem estas declarações de interesse municipal. Antes de mais, o Partido Socialista não está contra o conteúdo, nem está contra os equipamentos de natureza social que possam, mesmo que privados, virem efectivamente a ser construídos em Albufeira. A questão que se coloca e colocou-se logo desde a primeira Assembleia, é a questão do precedente e é a questão das limitações sobre os requisitos para a aprovação de interesse municipal poderem ser sombrias, cinzentas, portanto havia uma certa necessidade de colocar alguma regra, alguma ordem, até porque temos verificado que desde a primeira Assembleia que apareceu essa declaração, recordo-me perfeitamente que foi de uma fábrica de bolos e a necessidade de aumentar a dita fábrica. Mas, de facto, a questão que está aqui em causa é a definição desses mesmos critérios. Recordo que, em tempo ido, uma outra questão que tinha a ver com as ponderosas, se verificou que deixou de ser uma excepção para passar, em determinadas situações, a ser uma regra. O próprio executivo camarário teve necessidade de limitar, de impor outros tipos de requisitos para que efectivamente não fossem regra, sim excepção. É neste sentido que alerto a Assembleia Municipal e o executivo camarário. Não, continuo a dizer em termos do conteúdo ou das propostas que devam ser feitas, mesmo que sejam para serem exploradas por privados, mas sim quanto à forma de avançar este tipo de processos,

para que efectivamente haja uma regra, haja uma definição mais precisa dos formalismos e requisitos necessários para esta declaração de interesse municipal. -----

Fernando Neves - Face à explicação que o Sr. Presidente nos deu, eu tenho umas perguntas para fazer. Nos documentos que nos foram entregues não consegui descortinar qual foi o parecer da RAN sobre esta questão. E em relação ao requerente, o prazo de trinta dias, também não aparece nada, não sei se contrapõe ou não. Já a CDU teve aqui o cuidado de referir que, há de facto uma possibilidade de abrir um precedente nestas declarações, já foram muitas a virem aqui a esta Assembleia. Por outro lado, Sr. Presidente, revela que a própria Câmara em termos de equipamentos sociais, zero, é preciso os privados apontarem nessa direcção e os privados vêm com a intenção de lucro. Em obras sociais isto revela que a Câmara não está a ter uma politica para evitar essas situações dos privados. -----

Francisco Calhau - Eu não sou nada contra os privados nesse tipo de equipamento, considero que é um bom sinal. Por outro lado, como é referido nos pareceres da própria autarquia, está comprovado que no Algarve há carência enorme neste tipo de equipamentos e não será o Estado, que por si só, vai conseguir resolver o problema. Efectivamente a este tipo de campo de actuação, neste tipo de intervenção, os privados são bem vindos. A questão é regulamentar, mas para isso existem organismos próprios para o fazer. A questão que o membro Francisco Oliveira levantou, é pertinente, no entanto não inviabiliza que neste momento tomemos uma posição sobre aquilo que nos é pedido. Até inclusivamente, dizer se consideramos que no nosso concelho existe ou não falta de equipamento deste tipo e se são de interesse municipal ou não. Pura e simplesmente, quanto ao restante os outros organismos dirão quando chegar a altura de terem-se de pronunciar, nomeadamente se desafectarão ou não da reserva agrícola. Não é a nós que nos compete. A nós, compete-nos dizer única e exclusivamente se sentimos que este tipo equipamento faz falta ou não. No nosso entendimento, faz! -----

Presidente da Câmara - Vou só responder ao Sr. Francisco Neves. O Senhor perguntou-me sobre a RAN, ou se o requerente se tinha pronunciado em relação aos trinta dias. Esse é o pedido de um privado para um equipamento social, um lar com alojamento para pessoas, uma grande parte desse terreno é para ceder à Câmara com um objectivo concreto, um equipamento social no âmbito religioso. E a Câmara entendeu que essa era uma possibilidade de ter um terreno para se fazer um equipamento social complementar a essa parte privada. Como sabe este Governo tem como prioridade os equipamentos sociais mas, enquanto os privados se podem candidatar aos fundos comunitários e a verbas do próprio Estado e de outros pacotes, as Câmaras Municipais, neste momento, não se podem candidatar a nenhuma dessas bolsas. Resumindo e concluindo, a Câmara Municipal de Albufeira neste momento tem em curso: cedeu na Guia, como sabe, um terreno à Fundação António da Silva Leal, para a construção de um Lar, tem a cedência de um terreno nas Ferreiras para a construção da Aldeia da Solidariedade, onde vai existir Centro de Dia, Lar, Creche, Infantário; vai ceder um terreno à AHSA, aqui em Albufeira, para a construção de um Lar, Creche; vai construir em Olhos d'Água um Centro de Dia e Creche, o projecto, que está em fase de

conclusão, é do tipo deste que está a ser construído na Quinta da Palmeira. Se isto é falta de interesse social, então não sei o que será interesse social. Imagine-se que a Câmara podia construir estes equipamentos, tinha de ser com fundos só da Câmara, assim as associações têm possibilidade de se candidatar até cerca de 75% das obras sociais e isso permite que os equipamentos sejam construídos quer por privados quer por particulares, o que interessa é que eles estejam ao serviço da população. Por outro lado, se a Câmara fosse construir tinha um problema muito complicado, é que quer para unidade destas, em termos orgânicos e de funcionalidade é preciso para cada equipamento vinte, trinta, quarenta pessoas formadas em áreas específicas, obviamente que a Câmara não tem condições para as contratar. Também há um terreno para ceder à associação dos Amigos das Ferreiras para um centro de Convívio. Esta é a realidade que temos, não é falta de empenhamento social, não é falta de empenhamento a trabalhar com as Associações, para que estes objectivos se concretizem. Por outro lado, quando vier um particular pedir à Câmara que se pronuncie sobre a aceitação desse equipamento, eu não sei se a Reserva Agrícola vai desafectar ou não, mas não quero ficar dependente de terrenos que estão colocados num PDM há dez anos, completamente desajustados, e por falta de vontade da autarquia não se faça equipamentos sociais quando se sabemos que existe carência. Relativamente a este pedido, nós dissemos que: da nossa parte temos a vontade de concordar porque tem uma estrada, tem estruturas, tem bons acessos e o terreno está bem localizado, portanto é um bom equipamento naquele local. Outra questão, neste processo toda a própria Comissão de coordenação da Reserva Agrícola, que antes pedia à Câmara que se pronuncie, desde há algum tempo pede a Declaração de Utilidade Pública. É um procedimento recente, daí esses pedidos começarem a vir à Assembleia Municipal. Anteriormente, bastava a Câmara manifestar interesse para o concelho e eles desafectava, agora não é assim, exigem a Declaração de Utilidade Pública. Esta é a razão destes pedidos virem à Assembleia Municipal, de há três meses para cá, sensivelmente. É o que eu tenho para lhe dizer. -----

Fernando Neves - Eu só pedi a explicação para ficar elucidado sobre a questão, não é por estar contra à implantação destas infraestruturas no concelho. Procuramos saber o que se passa. -----

Francelina Lourenço - Só queria fazer referencia à intervenção final do Eng. Calhau, porque constatou que de facto há necessidade deste tipo de equipamento, de carácter social, deixando no ar a ideia de que o Partido Socialista poderá não saber que há necessidade efectiva desses equipamentos, ou não ter sensibilidade suficiente para detectar isso e pareceu-me um bocado falaciosa a intervenção final. O que eu penso que o Partido Socialista mobiliza também é, não só a necessidade que de facto existe até porque é uma esfera tradicional, histórica da sensibilidade do Partido Socialista, eu penso é que, nem todos os fins justificam todos os meios e, à que ponderar verdadeiramente as situações e o que está em causa. -----

Francisco Oliveira - É só para fazer uma referência à diferença existente entre as várias situações colocadas até a esta data, em termos de interesse municipal e esta. É que na totalidade, todas as outras que foram colocadas, tratava-se de ampliação, ou de

legalização de situações em termos de equipamento social. E nós verificamos que há aqui uma diferença que nos parece que é importante, é que se trata de uma construção de raiz, não estamos propriamente a ampliar para zona de Reserva Agrícola. Nesse sentido alertamos, que a posição do partido socialista será ligeiramente diferente tendo em consideração que já estamos a avançar para soluções diversas. Á que ter em atenção e volto atrás à minha intervenção anterior, que é necessário delimitar as regras e requisitos para que de futuro não haja abertura de precedente que depois permita a situações muito semelhantes que venham a ser rejeitadas ou não venham a ser colocadas da mesma forma. -----

Francisco Calhau - Quero esclarecer que não tinha intenção de dizer que o Partido Socialista, ou o Partido Comunista, não têm essa preocupação. Essa preocupação não foi revelada, não quer dizer que não a tenham. O membro Francisco Oliveira, quando fez a sua intervenção, fê-la manifestando uma outra preocupação que é uma vertente que é importante. Para nós, é muito mais importante neste momento, discutir a questão que o Presidente da Câmara já referiu, o histórico da alteração da Lei, que é recente, e que levará naturalmente a que possamos no futuro encarar aqui na Assembleia esta questão de outra forma, quando ela aparecer, daí a pertinência da intervenção. Para nós, o que neste momento se sobrepõe, é a importância do tipo de equipamento, mas isso não significa que façamos qualquer juízo de valor sobre as outras forças políticas. Estamos convencidos que é pacífico, que todos entendemos que este tipo de equipamento faz falta. Para nós isso é óbvio. -----

Euridice Vieira - Para lembrar que a sensibilidade social do Partido Socialista está provada com os equipamentos existentes em Albufeira. O equipamento de terceira idade público, foi o Partido Socialista que construiu com fundos próprios só da Câmara, tanto quanto sei, não houve outros financiamentos. Tem sido construído alguma coisa, mas foi o Partido Socialista que iniciou. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: dez (10) Fernando Neves, Euridice Vieira, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório e Joaquim Sampaio. -----

Votos a favor: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Ana Simões, José Sequeira, Carlos Gabriel, José Vila Nova, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa e José Cabrita. -----

Ausências: um (01) Francisco Guerreiro -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----

Francisco Calhau - Assim revejo um bocado a minha posição, porque na realidade o que nós estamos a votar é se é de interesse municipal ou não este equipamento. Quando eu

vejo o Partido Socialista a abster-se é porque pode considerar que na realidade não é de interesse municipal. É uma dúvida com que fico. -----

Presidente da Assembleia - É uma questão de sensibilidades, não é o que está aqui na ordem do dia. -----

Fernando Neves - A CDU também se absteve. -----

Francisco Oliveira - Vou fazer a declaração de voto, com a qual responderei ao Eng. Calhau (doc.2). -----

Declaração sobre o ponto dois da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal de Albufeira de 30.01.2007

A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal tem verificado com alguma preocupação a crescente aprovação de declarações de interesse público municipal para as mais diversas actividades.

Como sempre referimos, não estão em causa eventuais benefícios para a comunidade, nem o conteúdo das propostas, apesar de se situarem na esfera da actividade privada.

Preocupa-nos sim a criação de precedentes nesta matéria o que sem dúvida trará dificuldades de futuro, para obstar a novos pedidos que terão tanta ou mais legitimidade do que os anteriores.

Estamos pois a fazer entrar pela janela o que não conseguimos fazer pela porta.

Porém, o Partido Socialista aqui reafirma que não está contra a criação de equipamentos que sirvam a comunidade, mas sim quanto à forma como os processos estão a ser conduzidos.

Relembramos a questão das chamadas "ponderosas" que passaram de um regime excepcional para uma prática frequente e regular.

Por essa razão, foi necessário ao executivo camarário, em determinado momento, definir concretamente os requisitos para as aludidas "ponderosas".

Nesse sentido, o Partido Socialista propõe ao executivo que proceda à definição e delimitação das declarações de interesse público municipal.

Quanto ao ponto em apreço, entendemos que estamos perante uma situação nova relativamente às anteriores.

Trata-se aqui de uma nova construção e não de legalização ou ampliação de obras existentes.

Por essa razão, entendemos que a desafecção da Reserva Agrícola Nacional dos terrenos propostos em nada alteram os pressupostos da deliberação camarária, visto manter-se a condicionante do nº 3 do Art. 18º do RPDM de Albufeira.

Pelas razões acima aduzidas, a Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Albufeira irá abster-se nesta votação, tendo em consideração as diferentes circunstâncias do caso em apreço, nomeadamente estarmos perante um construção de raiz.

O Partido Socialista
30.01.2007

Francisco Calhau - Mantenho a afirmação que fiz. -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade dos presentes, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 22:35 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 31 de Janeiro de 2007 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

